

Proletários de Todos os Países: UNI-VOS

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



EM CADA EMPRESA UMA COMISSÃO DE UNIDADE

A situação de miséria dos trabalhadores não se modificará se eles não se lançarem na luta por aumento de salários. Não são eles que escolhem este caminho, é o governo, são os patrões que os forçam a isso. Não disse ainda há pouco o ministro das Corporações que o governo era contra um aumento maciço de salários? Mas não é verdade que tal governo tem sido

(favorável a um aumento maciço do custo de vida?)

A classe operária, todos os trabalhadores, têm ante si apenas um caminho a seguir: LUTAR PARA NÃO MORREREM DE FOME, LUTAR POR AUMENTO DE SALÁRIOS. Mas, como é sabido, toda a luta exige formas de organização para poder conduzir os trabalhadores ao sucesso.

Qual a melhor forma de organização se não as Comissões de unidade, provadas em milhares de lutas dos trabalhadores portugueses?

Sendo assim, parece ficar claro que se torna necessário formar em cada local de trabalho uma COMISSÃO DE UNIDADE para orientar as acções de todos os trabalhadores pelas suas reivindicações. Cada Comissão deverá ser composta pelos homens e mulheres mais sérios e combativos de cada empresa, sem nenhuma consideração política ou religiosa.

AS COMISSÕES DE UNIDADE só deverão constituir-se e actuar com o conhecimento e apoio de um grande número de trabalhadores de cada empresa ou local de trabalho. Os elementos de cada Comissão de Unidade e o grande número de trabalhadores que a escolherem, devem procurar logo em seguida torná-la conhecida de todos os trabalhadores da empresa, pois só conhecida e gozando do apoio da maioria, uma Comissão de Unidade estará em condições de actuar junto dos patrões, das direcções dos Sindicatos e das autoridades, em nome de todos os trabalhadores.

As COMISSÕES DE UNIDADE deverão DAR SEMPRE CONTA DAS SUAS DELICÊNCIAS AOS TRABALHADORES que representam e CONSULTA-LOS SEMPRE sobre as novas diligências a fazer.

Por outro lado, as reivindicações a apresentar não deverão ser as que este ou aquele grupo de trabalhadores deseje, mas sim as reivindicações que quer o desejo a maioria dos trabalhadores. Procedendo-se segundo a vontade dos trabalhadores e orientando-os justamente, eles não registarão esforços e sacrifícios para fazerem triunfar as suas reivindicações, recorrendo para isso, se preciso for, a formas superiores de luta, como, por exemplo, a greve.

OS CAMPEONESES DO ALENTEJO OBTÊM MELHORES JORNAS NAS CEIFAS

Durante o inverno a falta de trabalho nos campos leva a fome e a miséria aos milhares dos camponeses assalariados. Ao aproximarem-se as colheitas, todos procuram alcançar melhores jornadas para malar a fome de meses e pagar os fiados. O inimigo de clarado dos trabalhadores, o governo de Salazar alia com a PIDE e o GNR para os campos para ajudar os agrários a imporem jornadas de fome. Este ano, além desta dificuldade de vencer, também o tempo foi desfavorável aos camponeses, pois impediu que os trigos amadurecessem todos ao mesmo tempo. Entretanto, os assalariados agrícolas não cruzaram os braços.

Em Pias recusam as em- preitadas e lutam por Trabalho

No dia 21 de Maio, mais de 200 camponeses assalariados concentraram-se na Praça de Jornas, e ante a oferta de 22\$00 e 24\$00 para a ceifa da cevada, conforme estivesse de pé ou caída, no primeiro dia e de 26\$00 e 28\$00 no segundo dia, mas de empreitada, os camponeses pediram 40\$00, mas a jornada.

A resposta do manager do grande agrário ROGADO, foi chamar a GNR e a PIDE que maliciosamente consideraram que o patrão pagava bem. Mas os camponeses pensavam de outra maneira, continuaram a luta e alcançaram uma importante vitória se bem que parcial: CONSEQUIRAM 30\$00 e 35\$00, MAS A JORNADA.

Como tivessem ficado muitos sem trabalho, devido ao emprego das máquinas e dos renhos de fora, os camponeses de Pias organizaram-se em grupos e foram aos agrários pedir trabalho, tendo-o conseguido quase todos com jornadas de 35\$00, 38\$00 e até 40\$00.

Os camponeses assalariados concentram-se nas Praças de Jornas e alcançam importantes vitórias

Em Évora, concentraram-se no dia 26 de Maio na Praça de Jornas mais de 800 camponeses de SOUSEL, CASA BRANCA, CANO E GLÓRIA, tendo conseguido em luta com os agrários os seus managers jornadas de 38\$00 a 50\$00 para os homens e de 25\$00 a 28\$00 para as mulheres.

Na WIDIGUEIRA, os camponeses fizeram praça e lutando alcançaram os 50\$00.

Também em RÊGUEÇOS o aperecimento do jornal «O Camponês» levou a justa palavra de ordem, pelos 50\$00 aos camponeses daqui, assim como aos de CAMPINHO, VENDINHA, ALDEIAS DE MOITOTO e outras terras à volta. Rápidamente mais de 100 camponeses se concentraram na Praça de Jornas e reclamaram os 50\$00. Para intimidá-los foram ali enviados forças da GNR de Évora e agentes da PIDE. O

localo dos grandes agrários, alferes do GNR, Pedro, dirigiu-se com uma patrulha para a Praça de Jornas, ameaçando os camponeses com a prisão e dizendo que não seriam os 50\$00, mas aquilo que os agrários pudessem. Fírmes devido à força que lhes dava a sua unidade, os camponeses não se deixaram intimidar e conquistaram na terceira semana os 50\$00.

Enfurecidos por isso, os estirios policiais prenderam um jovem sapateiro da Vendinha, denunciado por um miserável empregado da Shell.

Mais Lutas, Mais Vitórias

Em VALE DO VARGO, ALDEIA NOVA, SERPA, PÓVOA, S. ALEXIO, CUBA, VIANNA DO ALENTEJO, MONTES VELHOS, ALFURNIAO, BRINCHES, ERMIDAS, os valentes camponeses, em luta telmosa com os agrários, conseguiram jornadas superiores às que aqueles queriam pagar.

Tendo começado alguns casos o ceifar por 25\$00, mas mantendo-se sempre em luta fizeram subir as jornadas para 30\$00 e 35\$00; 38\$00 e 40\$00; 30\$00, 45\$00 e 50\$00 e até 60\$00 como sucedeu em CUBA. As mulheres conseguiram jornadas de 20\$00 a 30\$00.

Baleizão Sob o Terror

Terra da Heróica camponesa Catarina Eufémia, Baleizão desde o dia 12 de Maio começou a ser percorrida por patrulhas da GNR a pé e em jeeps, assim como por um carro com agentes da PIDE e por um senhor capitão da GNR. Aliado a isto os policiais puseram a correr queriam ser presos muitos, fizeram pressão junto das famílias para estas os puxarem para lá, etc.

Não obstante o ambiente de terror, os valentes camponeses assalariados de BALEIZÃO conseguiram jornadas de 35\$00 para os homens e 23\$00 para as mulheres na ceifa das faveas e jornadas de 40\$00 a 45\$00

para os homens e 26\$00 para as mulheres na ceifa do trigo.

Greve em Quintos

Os ceifeiros concentraram-se na Casa do Povo e exigiram a presença do presidente a quem exposeram as suas reivindicações: 50\$00, máquinas paradas enquanto houvesse braços parados, que não viesse gente de fora porque a da terra chegava. Durante dois dias todos os camponeses se recusam a sair por menos de 50\$00. Ao terceiro dia alcançaram a vitória.

Unidade e Solidariedade Camponesa

Em MOURA, os camponeses fazem praça todos os dias. Para as ceifas dos trigos conseguem logo jornadas de 35\$00 a 42\$00. Querendo baixar as jornadas alguns agrários procuraram contratar pessoal em Vale de Frades e 40\$00, em S. Alexio a 50\$00 o casal e também tentaram fazê-lo em Serpa. Pensando que os seus companheiros de Moura queriam mais jornada todos recusaram ir para ali. Belo espírito de classe e de solidariedade o destes camponeses.

Se bem que com graves deficiências da organização da luta, os camponeses assalariados do Alentejo obtiveram importantes sucessos nas ceifas. Cabe agora às organizações do Partido do Alentejo fazer um balanço crítico às lutas havidas de forma e pôrem a claro as causas dos sucessos e também as razões dos insucessos havidos, e transmitir em seguida as conclusões tiradas a todos os camponeses assalariados do Alentejo. Procedendo deste modo, a nossa experiência será enriquecida ainda mais porque os camponeses sem partido têm, com toda a certeza, muito a dizer e a ensinar aos comunistas, o que nos auxiliará a organizar melhor as lutas futuras por Trabalho ou Pão.

RUBRICAS

Será publicada uma separata a este número, com 43.644\$60 de Rubricas, relativas aos meses de Fevereiro, Março, Abril e Maio.

POR UM BLOCO ELEITORAL ANTI-SALAZARISTA

Aproxima-se a data das eleições para deputados e as forças de oposição, com excepção do nosso Partido, ainda não deram a conhecer a sua posição. Todavia, é vulgar ouvir dizer-se a alguns dirigentes democráticos: «Devemos dizer que não se deve concorrer às eleições, mas prepararmo-nos do mesmo tempo para elas».

Se isto não fosse motivo para confusões, hesitações e passividade nada diríamos. Assim, somos obrigados a perguntar: Quem se pretende enganar? Nós pensamos que não se conseguirá enganar ninguém, mas estamos certos que tais posições causem prejuízos graves à causa anti-salazarista.

O nosso povo gosta de posições claras. Ele costume dizer, quando verifica hesitações, ou se dá conta de que estão a usar de subterfúgios para com ele: «*Ou sim ou não.*» Nós, comunistas, acompanhamos o nosso povo neste seu gosto pela clareza.

A Unidade é Necessária

Ao defender a sua posição, o Partido Comunista Português não se limitou a defender a participação da oposição anti-salazarista nas próximas eleições. Ele tem desenvolvido todos os esforços para a realização de um acordo com todas as correntes democráticas e anti-salazaristas, de esquerda e de direita, com vista à organização de um amplo bloco eleitoral anti-salazarista, apoiado na força poderosa das largas massas populares, única forma de se obterem sucessos.

Enquanto nós, comunistas, temos lutado, e jamais deixaremos de o fazer, pela união de TODOS contra Salazar, a quase totalidade dos dirigentes de outras correntes da oposição têm defendido uma política de exclusão dos comunistas, convencidos de que esta forma alcançariam a vitória e o consentimento do governo fascista de Salazar para a organização e actuação legal de um movimento.

Como era de esperar, mais uma carga desilusão sofreram estes democratas com o recusa de governo em autorizar a «*Frete Nacional Liberal Democrática*» depois de os ter enfeitado durante um longo espaço de tempo.

Mais uma vez se confirmaram as previsões do nosso Partido quando dizia que só pela luta das massas e pela mais larga unidade das forças democráticas e anti-salazaristas se poderá impôr um movimento e obter sucessos. Mais uma vez também aqueles democratas puderam verificar que o espantilho do comunismo serve apenas Salazar

e a sua camarilha. Puderam verificar que este ou aquele movimento não é permitido pelo facto de existirem os comunistas, mas sim pelo facto de existir no nosso país um regime fascista.

Organizemos a luta Eleitoral

Se cada uma das forças democráticas e anti-salazaristas se pronunciasse publicamente pela ida às eleições e pela escolha de candidatos que representem tudo o que seja susceptível de votar contra Salazar, um grande passo se daria para a organização de um movimento eleitoral à escala nacional. Um passo deste natureza facilitaria a organização de uma vasta rede de Comissões Eleitorais através do País e a constituição de uma ampla Comissão Nacional Eleitoral para orientar o movimento eleitoral.

Há pouco um destacado democrata teria dito que para se ir às urnas era preciso criar um movimento, mas que o Partido Comunista tinha possibilidades de agarrar depois tudo.

O receio deste democrata é infundado. O Partido Comunista nunca em momento algum pensou em agarrar tudo, pelo contrário, defendeu sempre que devíamos ser TODOS a agarrar tudo o que pudessemos. Mesmo que quizesse o Partido Comunista não poderia agarrar tudo por lhe faltaram forças para isso. Vê-se assim que o democrata em questão atribuiu intuídos ao nosso Partido que ele nunca teve, avalia muito mal as forças da oposição, o que o leva, claramente sem o desejar, a uma posição anti-comunista.

Hoje não é possível criar um movimento nacional democrático que mereça esse nome e capaz de levar a vencida o actual governo sem a participação dirigente da classe operária e do Partido Comunista. E isto não sucede por acaso e muito menos pelo facto de o proclamarmos, mas sim porque a classe operária e o Partido Comunista representam e levam em si o progresso de Portugal. Esta realidade não significa, de modo algum, que o Partido Comunista tenha qualquer em impedir os seus métodos de acção e ideias a quem quer que seja. Em qualquer coligação de partidos contra Salazar, o Partido Comunista quer apenas 1 voto, não obstante ser, actualmente, o único partido democrático organizado em Portugal e com imprensa própria.

Num movimento de características legais nem isso se pode colocar, pois nele não poderá haver membros deste ou daquele partido como tais, mas apenas democratas

e anti-salazaristas. Porquê, então, esse receio dos comunistas?

Em Cada Distrito Uma só Lista da Oposição Contra Salazar

Nós defendemos que os democratas e anti-salazaristas, quer se trate de republicanos ou de monárquicos, de socialistas ou de comunistas, de anarquistas o sem-partido, devem desenvolver todos os esforços, na base de distrito ou nacional, para que seja apresentada uma só lista de oposição por distrito — uma lista que tenha o apoio de todos os opositoristas do distrito dado. Para conduzir uma campanha eleitoral firme, em que os problemas das massas sejam levantados e agitados e estes mobilizados para a acção pelo solução desses problemas e para darem o seu apoio aos candidatos democratas e anti-salazaristas.

GANHOS DO P. COMUNISTA ITALIANO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Em cada eleição parcial o Partido Comunista Italiano obtem novos sucessos, e isto em regiões diversas.

Depois de Lecco, Grémone, Nápoles, os candidatos comunistas alcançaram no passado dia 31 de Março novo sucesso em Rimini. O P. C. Italiano possuiu de 15.704 votos (34,5%) para 16.570 (36%) obtendo 40 dos 40 lugares. Ao contrário, o Partido Socialista retrocedeu, passando de 7.214 (15,8%) para 5.868 (12,7%), perdendo um lugar. Esta perda deve-se segundo a opinião do dirigente do P. Socialista, Marino, antes de tudo, à desconfinça dos eleitores socialistas em relação a uma unificação com o Partido Social Democrata de Saragat «concebida de uma maneira equívoca ou orientando o Partido Socialista para uma posição de abandono ante o centrismo».

Em Rimini, a nova vitória do Partido Comunista Italiano ultrapassa de longe todos os resultados anteriores, incluindo os das eleições legislativas.

Mau grado a cruzada anti-comunista que se requie ao acantonicamento da Hungria, o P. C. Italiano conserva a sua grande influência entre as massas populares italianas.

O POVO BRASILEIRO CONTRA O SALAZARISMO

O Grémio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, com 2 mil e 300 alunos, distribuiu um manifesto onde, depois de dizer que Craveiro Lopes é o símbolo dum regime ditatorial, não representativo do povo português, que tem impedido a manifestação do pensamento da intelectualidade e do povo português, «manifesta o seu total repúdio à concessão do título de «Doutor Honoris-Causa» e a sua total solidariedade aos colegas de Portugal que com o seu povo lutam pela liberdade e pela democracia».

Em consequência dos protestos dos estudantes, da intelectualidade e do povo brasileiro, o título foi entregue pelo Reitor da Universidade, num Domingo de manhã, na residência do Craveiro Lopes, em vez de ser na Universidade com a solenidade que é habitual.

«O Lusitano», jornal da comunidade Lusitana, em S. Paulo e Rio de 13 de Abril, noticia em grandes letras: «suicidarão» 2 presos políticos em Portugal. Faz referência ao julgamento do Poito. Transcreve um protesto das leis maçónicas «Germinal» e «Lusitânia» contra os assassinaes, entregue a Craveiro Lopes pelo embaixador português em S. Paulo. Entrevista jornalistas e propõe da visita do Craveiro Lopes, afirmando Rubem de Azevedo que «não há que nos refubiarmos com essa lista», que «Craveiro Lopes não pode ser o símbolo presente da melhor tradição histórica da sua Pátria», «Portugal não se confunde com os homens que o dominam no momento».

DOIS CONGRESSOS - DUAS ACTAS DE ACUSAÇÃO CONTRA O GOVERNO DE SALAZAR

O 2.º Congresso da Indústria Portuguesa e o dos Economistas que se realizaram no fim de Maio, caracterizaram-se por uma oposição sistemática à política salazarista. Nestes congressos pessoas, industriais técnicos, financeiros e economistas discutindo, durante uma semana, diversos assuntos fundamentais da vida industrial e económica do País.

Como o descontentamento pela política do governo atingiu sectores cada vez mais vastos, foram ali expressas, com certo entusiasmo, críticas à actual situação económica do País, claramente expressas desejos de mudança da situação, e enunciados graves problemas e perigos que nos ameaçam.

Apesar de se reconhecerem os louvores que não existiram e o corporativismo foi pura e simplesmente ignorado e em nada contou na análise dos problemas e dos directivos futuras.

Um dos pontos focados foi a premissa necessidade da industrialização do País. Os baixos valores dos diversos índices estatísticos — rendimento nacional por habitante, salários médios, consumo por habitante, produtividade da população activa, mercado interno reduzido, insuficiente consumo, derivados do baixíssimo poder de compra das mais largas massas da população — foram amplamente discutidos e verificados como realidade dolorosa. Para isso, os congressos reconheceram plenamente o nosso lamentável atraso em comparação com todos os outros países, classificando-nos no mais baixo escalão dos países europeus.

As lesões oficiais, segundo as quais o aumento dos salários põe em perigo os grandes investimentos financeiros necessários para acelerar a industrialização, pelo que deve ficar dependente de um aumento mínimo da produtividade, insistindo assim em obter maiores lucros à custa dos sacrifícios e privações das classes trabalhadoras, foram desvirtuadas nos relatórios apresentados aos congressos e nos respectivos debates.

Muitas vezes se fizeram ouvir para apontar a necessidade de elevar o poder de compra das grandes massas através dum maior participação dos trabalhadores na distribuição do rendimento nacional. Vários oradores salientaram que «*estamos perante uma situação de depressão económica que tem de ser combatida com o aumento imediato do poder de compra, possível com a elevação dos salários*».

e vencimentos, possível sem o aumento geral dos preços?» e que o baixo poder de compra não resulta apenas de uma baixa produtividade, mas também do desemprego e sub-emprego, e sobretudo de uma deficiente e injusta distribuição do rendimento nacional. «*Não nos digam que é impossível aumentar os salários e vencimentos, sem aumentar paralelamente os preços. Actualmente verifica-se uma excessiva capitalização...*» «*A falta de consumo, não deriva dos nossos baixíssimos salários, sabido como é que os salários são a base do rendimento da maior parte das pessoas e quase única fonte de receita dos que se debatem no sub-consumo...* Parece, pois evidente que sem um aumento dos nossos salários... não podemos desenvolver substancialmente a indústria portuguesa.»

Mas a grande maioria dos congressistas não estava só preocupada com a existência verificada destes males; mostrou-se francamente alarmada com o futuro. Este, que já seria escuro se as condições do nosso país continuassem como até aqui, apresenta-se agora muito mais negro e complexo devido a um facto que, do um modo geral, dominou o Congresso: a questão do Mercado Comum Europeu, questão esta que existe, quer entremos ou não para ele.

Esta questão, classificada por um congressista como «*uma farsa que caiu sobre todos nós*», e por outros considerada quase como uma calamidade fatal, terá graves consequências na nossa indústria e na nossa economia. Embora sugerindo medidas o

indicando rumos a seguir, a verdade é que todos consideraram estes medidas apenas paliativos para o mal e mesmo assim se fossem desde já adoptadas. De um modo geral, todos consideraram que, uma vez abertas as fronteiras dos países integrados ao livre trânsito de trabalhos, capitais e mercadorias, a nossa indústria, que hoje sobrevive em muitos casos à custa de medidas proteccionistas apenas favoráveis aos monopólios, não poderá concorrer nem em qualidade nem em preços, com os produtos estrangeiros.

Agora, perante a eventualidade de serem de repente retiradas as garantias alfandegárias e de serem postos perante o mercado em situação de igualdade, alarmam-se os grandes industriais, mas sobretudo os médios e pequenos, cujos meios de resistir à tormenta são muito mais fracos. Verifica-se então que reina uma completa desorganização e falta de preparação na nossa indústria, seja qual for o sector que se considere; não o equipamento, não a formação de técnicos, não a organização do trabalho, não os baixos salários, e na qualidade do fabrico, não na concorrência, na falta de mentalidade industrial, no fraco investimento de capitais, etc. etc.

Em resumo, prevê-se que muitos sectores da nossa indústria não vendam mais um tostão se se entrar para o mercado comum.

Mas se não se aderir a este mercado, as perspectivas não são brilhantes. Como não nos bastemos a nós próprios, teremos de procurar outros mercados para importar

e exportar, e não sendo a Europa, seriam os Estados Unidos. Porém... os produtos susceptíveis de interesse os E.U. são muito poucos e não nos dariam o mínimo de dólares necessários para efectuar as nossas compras nesse país!

Nenhum congressista se lembrou... pelo menos em voz alta, de que havia uma saída para este dilema: o estabelecimento de empios transacções comerciais com a URSS, a China e as Democracias Populares. Mas talvez esta ideia estivesse latente em alguns dos homens que encerravam com verdadeiras apreensões o futuro.

O Partido Comunista tem reiteradamente exigido o estabelecimento de relações comerciais com aqueles países; tem proposto assim uma saída para o beco em que Salazar meteu o nosso País, uma saída que garanta liberdade de acção e amplas perspectivas de desenvolvimento para a nossa indústria.

De entre as várias medidas sugeridas pelo Congresso da Indústria Portuguesa para um maior desenvolvimento económico do país, tomou grande relevo a seguinte tese: pelo menos para já, e mesmo no futuro, o único mercado seguro que temos, é o nosso. A base da nossa indústria tem de ser o mercado interno português. Porém, o baixíssimo nível de vida da população torna esse mercado quase inexistente. Suba-se, portanto, o nível de vida ao povo, subam-se os salários. Só assim poderemos abrir perspectivas dum bom escoamento aos nossos produtos, foram as conclusões dos congressos.

AMNISTIA! AMNISTIA! O GOVERNO FOGE AO PROBLEMA

No passado dia 17 de Maio, no Porto, o ministro da Justiça leva da referenda publicamente à Amnistia. E porque? Porque a voz de milhares de portugueses começa a ser ouvida. Se novos milhares de vezes se levantarem por todo o país a Amnistia será conquistada.

O senhor ministro da Justiça falou nos «*editais da justiça, nos princípios básicos da moral cristã, em cristianismo, justiça e caridade*», etc., Mas, quais são os factos?

Recentemente foi presa a democrata Aida Amaral. Pouco tempo antes tinham sido arbitrariamente presos os democratas engenheiro Fernando Bianqui e os jovens esposos

Francisco Martins e Maria Fernanda. O jovem democrata Nuno Duarte foi condenado a 2 anos de prisão maior e a 3 anos de medidas de segurança sob a falsa acusação de ser membro e funcionário do Partido Comunista. No Porto foram condenados, no mês de Junho 21 jovens pelo único crime de serem democratas e quererem a paz. O eminente democrata e patriota professor Ruy Gomes e os seus companheiros da Comissão Central do M. N. D. estão presos de novo há um ano à espera de serem julgados pela caluniosa acusação de traidores do País.

Alvaro Cunhal, capitão Henrique Galvão, Francisco Miguel, Joaquim Campino, Manuel Guedes, José Maria do Rosário, José Vitoriano, Rogério de Carvalho, Salvador Pereira Amália, etc., justificam que continuam presos. Perguntamos: onde estão os «*princípios básicos da moral cristã*» a que se referiu o senhor ministro?

Georgete Ferreira foi condenada a uma pesada pena, foi sujeita a uma melindrosa operação em condições desumanas, ainda doente foi transportada de novo para a prisão de Caxias onde continua em precárias condições de saúde e sujeita a castigos vitorios. Maria Angela Vidal e Carlos Costa estão presos há já 4 anos sem serem julgados. Perguntamos: onde estão os «*ditames de justiça*» do sr. ministro? Justiça? O senhor ministro referiu-se de novo ao

pequeno número dos presos políticos que cumprem pena, para concluir que a amnistia é «*injustificadamente solicitada*». Mas, não é apenas disso que se trata. Dá que se trata é de dar uma resposta clara aos pedidos e clamores do nosso povo e não o de se tentar «*esconder os factos*» militares e milhares de demissões nestes 31 anos, centenas e centenas de portugueses constantemente ameaçados na sua liberdade e nos seus empregos. E quantos perseguidos obrigados a uma vida clandestina para não serem presos? E quantos foram mortos nestes 31 anos? E quantos presos sem estarem a cumprir pena?

Prendendo responder às acusações feitas contra os castigos aos presos, pelas vítimas serem desumanas e pelo silêncio do governo aos constantes pedidos de amnistia, o senhor ministro da Justiça brinca positivamente com a dor dos presos e dos seus familiares, ao dizer que para provar «*os bons sentimentos*» e a «*bondade*» dos governantes «*bastaria a obra notável de profunda renovação levada a cabo pelo governo no sector dos estabelecimentos prisionais...*»

Não, senhor ministro, não são prisões que o nosso povo quer. O povo quer a libertação imediata de todos os presos que terminaram as suas penas. O povo quer uma AMNISTIA ampla para todos os presos e perseguidos políticos.

A DEMAGOGIA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Com a costumada propaganda de grande estilo, própria das vésperas dos actos eleitorais que se aproximam, reuniu-se o ministro das Corporações 4 dias seguidos com a imprensa e representantes de vários organismos corporativos. Tratava-se de apregoar bem alto que o governo reconhecia «*que nem tudo estava certo*» na sua organização de previdência e que, por isso, ia a reformar para a melhor. Como porém o relatório que introduz o projecto de lei é vasto e confuso, tratava-se de explicar o permanentemente aos interessados. Disputa-se desde já que o que se fez foi simples leitura e que se não houve explicações, reforma de previdência também não. Além de algumas reformas de serviços, criação de novos aparelhos burocráticos, desaparecimento de outros e fusão de alguns outros, tudo o mais nos aparece sob a forma de iniquidades.

O governo, acusado pelos protestos dos trabalhadores, temeroso dos efeitos do descontentamento cada vez maior das classes da previdência, vem-lhes dizer: «*Sim, sr. Em muita coisa tem razão. E nós vamos reformar isto. OItem, passa a haver subsídio para os desempregados sem culpa própria. E os jornais, em grandes cabeçalhos repõem: «*Vai haver subsídios para os desempregados*». Mas, afinal, são apenas intenções. O que lá se diz é o mesmo que já se dizia na lei 1.824, de Março de 1935: Que o desemprego involuntário será incluído no esquema da previdência social, logo que o governo o determinar. Ora há 22 anos que o governo está para determinar e ainda não determinou desta vez.*»

OItem, diz o ministro, vai haver internamento hospitalar, pelo menos em cirurgia. Mas o que lá se diz é que se ENCARA A POSSIBILIDADE FUTURA de conceder internamento hospitalar. E o mesmo se aplica para os anunciados seguros de maternidade e de tuberculose. Alá do internamento hospitalar já se encontra previsto desde 1950, desde há 7 anos!

E o ministro continua: «*Agora até os camponeses vão ter previdência!*» Mas o que lá se diz é que vão criar Federações de Casas do Povo e que estes serão auxiliadas pelo Fundo Nacional do Abono de Família, «*embora se saiba que o problema dos recursos financeiros apresenta aqui as maiores dificuldades, e deve ser tratado com especial delicadeza*». Quer dizer, há a intenção de levar a previdência até os camponeses mas não há dinheiro! Alá do ministro, que no fim de cada dia de leitura, responde a algumas inocentes perguntas, não se esqueceu de dizer que «*é necessário ter sempre em atenção os vários aspectos das realidades financeiras*».

No entanto a própria Previdência tem

dinheiro suficiente para realizar de facto uma acção meritória. Basta dizer que no começo de 1957 os seus valores atingem mais de 5 milhões e meio de contos. O Governo porém está mais interessado em que esses fundos sejam aplicados em empréstimos ao Estado para a sua política armamentista e em obrigações e acções a empresas monopolistas do que na extensão da previdência aos trabalhadores. É assim que mais de metade daqueles valores estão investidos em títulos do Estado e quase um terço em financiamento de empresas monopolistas, enquanto os seguros e subsídios aos trabalhadores nada aumentam.

Perém, o sr. ministro logo concluiu que disso também não vem mal nenhum a ninguém! Resolver todos os quase todos os problemas sociais e de saúde que afligem os trabalhadores seria mau, e acrescenta que tem mesmo de «*ser combatido (...)*» por «*manter a estabilidade financeira das instituições mas, sobretudo, porque logicamente, levaria à defesa ou à adopção de perigosos conceitos de segurança social: o homem ficaria privado dos melhores estímulos para trabalhar e produzir, para prever e poupar, para se autorizar e construir por si o seu próprio futuro*». E depois explica que «*a família vive muito como unidade moral, dos sacrifícios que, sobretudo dos pais, aceitam por natural dedicação aos filhos e a outros membros do agregado familiar. Se tais sacrifícios se suportam por amor, é no acatado e virtutoso dia a dia que este amor se alimenta, revigora e enobrece*».

Para o governo salazarista, portanto, não interessa resolver os problemas dos trabalhadores porque, fazendo-o, os trabalhadores não precisavam de fazer sacrifícios e sem estes não haveria o verdadeiro amor nos lares portugueses. Não se pode ser mais cínico! Engana-se, porém, o sr. ministro. O amor nos lares dos trabalhadores alimenta-se e enobrece-se na recusa dos sacrifícios para que os trabalhadores não ahiados pelo salazarismo e na vontade de acção de luta contra os reacçãoários demagogos da camarinha salazarista que detêm o poder. Prova-o o próprio ministro das Corporações ao afirmar que entre nós se evidencia «*uma forte propensão para reclamar das instituições da previdência não apenas o que está previsto nos seus regulamentos, mas tudo o que os segurados, e até os não-segurados, necessitam para si e para os seus. Tal estado de espírito é mais generalizado do que pode supor-se!*» Este estado de espírito, esta luta, cada vez mais intensa, há-de dar aos trabalhadores portugueses a reforma de previdência que eles necessitam, quer o sr. ministro e os seus patrões monopolistas o queiram ou não!

INFORME DO CAMARADA GOMULKA AO C. C. DO PARTIDO OPERÁRIO UNIFICADO POLACO

No passado dia 15 de Maio, o camarada Gomulka apresentou durante 4 horas um importante informe à 9.ª sessão do C. Central, de que demos um pequeno resumo.

Nesse informe, Gomulka precisou com largueza o papel e a função dos conselhos operários, que são uma das formas dos operários participarem na administração das empresas.

Referindo-se às falsas concepções existentes sobre os conselhos operários, disse acerca da opinião segundo a qual as empresas seriam a propriedade colectiva do pessoal: «*Se cada fábrica se tornasse uma propriedade colectiva ou cooperativa dos operários, então entraríamos em jogo com as piores consequências todas as leis da economia capitalista. A planificação e a direcção central que são a qualidade essencial do socialismo deveriam então desaparecer*».

Falando das relações com os partidos irmãos, Gomulka disse:

«*Nas relações entre os partidos cotocaremos sempre à frente o que nos une com os outros partidos, deixando de lado o que nos diferencia e que o tempo pode resolver*». Depois de referir as conversações com os representantes dos partidos da União Soviética, da China e de outros países, salientou: «*Mesmo se, nestas conversações, algumas divergências*

«*das de pontos de vista aparecerem, elas não atingiram o internacionalismo proletário. Elas não atingiram a ideal comum, o fim e o sentido de classe que une todos os partidos*».

Abordando o problema do dogmatismo e do revisionismo, o camarada Gomulka afirmou que o Partido está a ameaçar por duas tendências que representam um perigo para a sua unidade: o dogmatismo e o revisionismo. A primeira tendência, disse ele, tem e sua expressão menos em divergências ideológicas que numa incapacidade para trabalhar com novos métodos. No presente, disse, esta tendência não representa grande ameaça. O revisionismo, salientou, constitui um perigo bem mais grave. Há camaradas que se extraviaram ideologicamente, que se extraviaram do marxismo-leninismo e do socialismo na sua pesquisa de métodos novos.

Para alguns deles, continuou Gomulka, a realidade do socialismo foi sempre estranha, e hoje, eles manifestam claramente a sua nostalgia pelo capitalismo. Depois de referir um certo número de nomes de revisionistas, escritores e colaboradores de «*Novas Culturas*» e de «*Pro Prógia*», que no decorrer destes últimos meses desenvolveram uma actividade deixando ver abertamente a sua tendência social-democrata, Gomulka salientou que eles negaram na prática a luta de classes, que propõem como fim do socialismo «*a democracia integral*» e o «*libre jogo das forças políticas*», que dividem o Partido em esquerda, centro e direita, ignorando praticamente o carácter revolucionário de vanguarda do Partido. Segundo alguns, disse e, o Partido deveria ser somente o inspirador e o educador das massas, ele não deveria organizar-las e dirigilas na sua actividade. Tudo o que se desenvolver-seja mersom do Partido especificamente. Para exemplificar esta opinião disse Gomulka, eles propõem que o Partido abandonando a responsabilidade do poder.

CUIDADO COM ELES

O Dr. FERNANDO GARCIA DE ANDRADE, dentista, rua dos Anjos, 17, 1.º, telefone 43.859, é da PIDE, exhibe cartão e um crachet.

JOAQUIM MANUEL MARTINS COELHO, de Loulé, trabalha na fábrica de Loíça de Saravém, é da PIDE.

FARELOS, gerente da fábrica CEL Venda Nova, está em contacto com o director da PIDE. Este inimigo dos trabalhadores pôde o fixador da fábrica ao dispor da PIDE.

Concluímos ao momento, cise ele, em que precisa liquidar esta luta inferior no Partido que deve agir como um só bloco. Semente assim o Partido poderá realizar as tarefas que lhe são postas.